

Reflexão & Ação, Vol. 18, No 1 (2010).

Educação, Etnicidade e Movimentos Sociais

Entrevista com Regina Weber, por Mozart Linhares da Silva

Regina Weber

É Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996), professora Associado II da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no Departamento de História. É Coordenadora do GT Estudos Étnicos. Tem experiência de pesquisa no período do Brasil republicano, nas temáticas de identidade étnica, identidades locais, cultura operária, (i)migrações e história oral.

MLS 1) Há uma clara divisão de opiniões entre intelectuais sobre o papel desempenhado pelo MNU e, sobretudo, sobre o desdobramento desse papel nas políticas de ação afirmativa no país. Por um lado considera-se que a racialização da sociedade é um critério exógeno e que contradiz as próprias bases miscigenadas da “Identidade nacional”. Por outro, aponta-se que a raça enquanto construção social é um instrumento de intervenção que possibilita a clareza entre os campos de conflito e, assim sendo, uma delimitação mais efetiva entre brancos e negros no Brasil. Qual a sua opinião sobre essas posturas?

RW - Prefiro abordar o tema a partir de debates mais amplos e outras experiências, ou melhor, a partir dos estudos do fenômeno da etnicidade. Como apontaram Glazer e Moynihan, a defesa das “cotas” apareceu na sociedade americana justamente quando direitos de igualdade e o combate à discriminação haviam triunfado e isso foi justificado, em parte, porque demandas com base étnica são mais eficazes que genéricos benefícios do Estado moderno. Como afirmou Banton, a diminuição da discriminação não significou a redução das desigualdades sociais nos EUA, o que levou a uma politização do movimento negro americano, processo que o autor denominou “etnogênese”. E os efeitos (positivos) do *blackpower* sobre a situação dos negros americanos é inegável.

Olhando, então, para o Brasil: se as “bases miscigenadas” (sem questionar o que entendemos por isso) não descartam o fato secular e ainda cotidiano da desigualdade de “base racial”, há plausibilidade na opção da ação política com base racial. E tudo que já foi desenvolvido em torno da idéia de “categoria de atribuição” (Barth) ajuda a entender que não é um *quantum* de pigmentação que decide quem é ou não alvo de discriminação, mas o contexto.

MLS 2) Qual a importância da conferência de Durban na construção do discurso do Movimento Negro Unificado no Brasil?

RW - Apenas um estudioso do movimento negro, o que não é o meu caso, estaria em condições de responder a essa questão com dados específicos. O que posso dizer é que um documento com a chancela da UNESCO, que fale de “medidas reparatórias” a vítimas de racismo, certamente tem efeito sobre um movimento que defende um grupo

social, ou, quiçá, um “povo”, que certamente foi e é vítima de discriminação em nosso país.

MLS 3) Kabengele Munanga é sem dúvida o mais polêmico intelectual à frente das lutas antiracismo. Suas posições contrárias a miscigenação vêm causando polêmica. A miscigenação já foi um problema na segunda metade do século XIX. Depois se tornou a cura dos males, via política de branqueamento. Que implicações podem ser apontadas, nos dias de hoje, em se colocar a miscigenação como problema na cultural brasileira?

RW - O que se pode afirmar com mais clareza é que Kabengele Munanga é crítico da “ideologia da mestiçagem”. Gostaria então de problematizar o que foi dito na primeira pergunta: inicialmente, de que exista uma “identidade nacional”, e, segundo, que a mestiçagem seja a base desta identidade. Trata-se de uma representação construída, de uma visão de determinados ideólogos da identidade nacional. Ao defender que mulatos assumam sua identidade negra, Kabengele Munanga está propondo uma “identidade política”, isto é, uma plataforma de mobilização dos afro-descendentes no Brasil. O “olhar” preconceituoso não faz distinção entre negros e mulatos. Isso corresponde ao que a teoria étnica denomina “exo-definição”, que tende a ser homogeneizante e excludente. Os discriminados podem tomar a seu cargo esse “englobamento”, aumentando a base que reivindica medidas de inclusão social.

MLS 4) Se a democracia racial foi uma ideologia conveniente do ponto de vista político a partir dos anos 1930, a miscigenação é um fenômeno anterior, e irrefutável. Até onde podemos tomar a miscigenação como lastro ideológico tendo-se em vista que a própria constituição da população brasileira é estruturada na mestiçagem, como demonstram os censos desde 1872?

RW - Precisamos ter claro a quais dados censitários estamos nos referindo. Se for concluído que a população brasileira é “estruturada” na mestiçagem de negros e índios (que, em termos de subjugação social, tiveram um destino histórico semelhante aos africanos) com brancos, se somos uma nação de mulatos e caboclos, eu perguntaria: e porque não há uma proporção de mulatos e caboclos em posições de prestígio, poder, comando e riqueza em nossa sociedade? A imigração em massa da população africana para a América, no início do capitalismo, um fenômeno histórico sem precedentes, como mostra Wallerstein, está na raiz de fenômenos correlatos: do alto número de afro-descendentes captados pelos censos, da construção da pujança econômica do Estado brasileiro e da discriminação social, que é, na verdade, efeito do desejo de determinados grupos sociais de que sempre seja o “Outro” que cuide das tarefas mais árduas e menos prestigiosas.

A valorização dos mestiços pertence mais ao terreno do ideal, do romântico. O fato de que alguns deles não se sintam discriminados não invalida o fato de que as posições subalternas em nossa sociedade sejam predominantemente ocupadas por pessoas negras e mestiças.

MLS 5) O polêmico livro de Demétrio Magnoli causou um verdadeiro frenesi nos movimentos sociais antiracismo. Como a senhora avalia essa publicação?

RW - O que tenho lido de Magnoli, por um lado, me impressiona pelos dados que ele alinha, em termos de nomes de autores e medidas governamentais. Mas, por outro, ele

ignora como operam as “classificações”, representações e identidades, assunto sobre o qual já existe muito conhecimento. O senso-comum distingue visualmente aqueles que têm origem negra e cotidianamente vemos os preconceitos sendo alimentados. Trata-se de uma distinção por fenótipo externo, fruto de um processo histórico que atribuiu significado social à cor da pele. Todas as descobertas da biologia genética não têm força contra uma cultura (branca) arraigada que não pretende abrir mão da idéia de sua superioridade, que naturaliza sua condição de superioridade. As ações afirmativas são uma medida de cunho político que faz frente a estas noções (que redundam em práticas) e não será a primeira vez que a cultura é modificada pela política no Brasil.

Magnoli mostra estudos estatísticos daqui e dali, foca nesta ou naquela liderança, mas não parece reconhecer o quanto as ações afirmativas mobilizam os negros. Algumas de suas expressões como “discurso racialista” ou “mimetismo do movimento negro americano” me parecem simplificadoras e deselegantes. Assim, suponho que suas palavras provoquem indignação, não frenesi.

MLS 6) Cotas sociais ou raciais? Qual o melhor caminho para diminuir diferenças sociais no Brasil?

RW - Um país capitalista com uma elite que não se vê como responsável pela miséria da população tende a perpetuar desigualdades e injustiças sociais. Benefícios sociais implementados pelo Estado são uma forma de atenuar problemas sociais – no caso, a pobreza – sem garantir que eles sejam eliminados.

Quanto às cotas raciais, ou medidas correlatas, há um princípio subjacente, o da “reparação”, que diz respeito a um processo secular de interiorização da subalteridade e ao fato dos afrodescendentes, em seu conjunto, serem os que menos receberam de uma riqueza nacional cujas bases foram lançadas pelo trabalho escravo. (Pensando utopicamente, os estados europeus deveriam contribuir com o pagamento desta dívida para com os descendentes dos povos africanos e nativos.) Elas também possibilitariam “desetnicizar” a pobreza no país, justamente porque a eliminação desta não parece estar tão próxima.

Obviamente no modo de implementar tais medidas podem haver discordâncias. (Mas qual benefício social que não tem dificuldades de delimitação, seja em termos de amplitude seja em termos do universo de pessoas a beneficiar?)

Por outro lado, é possível compreender porque parcela da população branca contemporânea tenha relutância a concordar com medidas que possam afetá-la.

Vejamos o caso do Rio Grande do Sul, povoado por imigrantes, a maior parte dos quais vindos após a Abolição, que, em poucas gerações, contavam com expressiva proporção de membros de classe média. Isso vale para alemães, italianos, judeus, libaneses, espanhóis, poloneses. O senso comum dos descendentes tende a operar com idéia da ascensão por mérito e da sua não responsabilidade pelo ônus da escravidão, mas, na verdade, eles puderam ficar distanciados das ocupações desqualificadas (as quais, em geral, são reservadas aos imigrantes) porque aqui no Brasil já havia uma classe social não proprietária destinada a essas funções.

Os afro-descendentes estão contemporaneamente voltando-se ao Estado para apressar a constituição de sua própria classe média, em um número compatível com sua base numérica.

MLS 7) Qual sua posição sobre a acusação de que o MNU acabou sucumbindo a influência do Movimento Negro norte-americano e instrumentalizado no Brasil um discurso cujas idéias estão fora do lugar?

RW - É uma crítica tola. Em quase tudo que fazemos há influência de práticas e idéias de outros lugares, mas só as adotamos como nossas, reformulando-as, se fizerem algum sentido para nós. Há movimentos de trocas internacionais entre os judeus, há um pan-arabismo e fala-se em diáspora italiana. O MNU é constituído de lideranças étnicas negras. Os grupos imigrantes também deram origem a lideranças étnicas, algumas de cunho mais empresarial ou político e outras em entidades associativas. O mutualismo étnico, bastante presente no R. Grande do Sul, teve precedentes nos países latinos. Para o Brasil negro não são também importantes as conexões com o Caribe e com a África? O pan-africanismo, operacionalizando aquilo que os intelectuais denominam “origens míticas” (da mesma forma que a “germanidade” ou a “italianidade”), tem base num processo histórico muito concreto: o transporte massivo e forçado da população africana para América que, na mesma medida em que desestruturava suas bases de identificação originais, dava espaço à formação da cultura afro-americana. As idéias estão no lugar, ainda que seu tempo seja diferente em distintas regiões.

Regina Weber